



Plano Municipal de
**Saneamento
Básico**
IGUARAÇU/PR



PRODUTO H

BIBLIOGRAFIA



ABRELPE. Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2012. Disponível em: <<http://a3p.jbrj.gov.br/pdf/ABRELPE%20%20Panorama2012.pdf>>. Acesso em: 22 de jun 2025.

ABRH, Associação Brasileira de Recursos Hídricos. Carta de Recife. ABRH, 1995.

ADRIANO, J. R.; WERNECK, G. A. F.; SANTOS, M. A. et al. A construção de cidades saudáveis: uma estratégia viável para a melhoria da qualidade de vida. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 5, n. 1, p. 53–62, 2000.

ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Referencial de qualidade para prestação dos serviços públicos de saneamento. Brasília: ANA, 2021.

ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Normas de referência para regulação dos serviços de saneamento básico. Diversos documentos publicados entre 2021 e 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/ana>. Acesso em: 5 maio 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. Resolução RDC nº 33, de 25 de fevereiro de 2003.

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2006. 182 p.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO - Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br>>. Acesso em: 15 de Abril 2025

BARROS, R. T. de V.; FIGUEIREDO, J. A. de; LUIZ, J. A. Saneamento. 2. ed. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG, 1995. 221 p. (Manual de Saneamento e Proteção Ambiental para os Municípios).

BIDONE, F. R. A.; POVINELLI, J. Conceitos básicos de resíduos sólidos. São Carlos: EESC/USP, 1999. 120 p.

BRASIL. Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.445/2007. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun. 2010.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Diário Oficial da União, Brasília, 8 jan. 2007.

BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico e altera a Lei nº 11.445/2007. Diário Oficial da União, Brasília,

16 jul. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 1 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Manual para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico Participativos. Brasília: MDR, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr>. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria GM/MS nº 888, de 4 de maio de 2021. Estabelece os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 maio 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 443/BSB, de 28 de maio de 1978. Normas sobre controle sanitário da água potável.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

BUSS, P.M. Promoção da saúde e qualidade de vida. Ciênc. saúde coletiva, v.5, n.1, p.163-177, 2000.

CANALI, N. E. Análise morfométrica da bacia do rio Açungui – PR. Curitiba: UFPR, Tese (Professor Titular), 1986.

CARVALHO, V.P. A privatização do saneamento básico. Consultoria Legislativa do Senado. 2003.

CAVIGLIONE, João Henrique; KIIHL, Laura Regina Bernardes; CARAMORI, Paulo Henrique; OLIVEIRA, Dalziza. Cartas climáticas do Paraná. Londrina: IAPAR, 2000. CD.

CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia. São Paulo: Edgard Blucher. 2ª Ed., 1980. 188 p.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Carta da Terra. Paris: UNESCO, 2000.

COMLURB - Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro. Cartilha informativa sobre poda de árvores. Rio de Janeiro, 2007.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. Resolução nº 283, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos de serviços de saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jul. 2001.

COSTA, Sônia S.; HELLER, Leo; CUNHA, Maria Emília. Saneamento, saúde e equidade: diálogos interdisciplinares. Belo Horizonte: UFMG, 2020. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br> - Acesso em 01/06/2025



COSTA, S.S.; HELLER, L.; BRANDÃO, C.C.S.; COLOSIMO, E.A. Indicadores epidemiológicos aplicáveis a estudos sobre a associação entre saneamento e saúde de base municipal. Engenharia Sanitária e Ambiental, v.10, n.2, p.118-127, abr./jun. 2005.

CRAS. CRAS, um lugar de (re)fazer histórias. Ano 1, n. 1, 2007. Brasília: MDS, 2007.

D'ALMEIDA, M.L.O.; VILHENA, A. (Coord.). Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado. 2.ed. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, Compromisso Empresarial para Reciclagem - CEMPRE, 2000. 370 p.

DER/PR, Departamento de Estradas de Rodagens do Estado do Paraná. Deliberação nº 086/2005: Drenagem: Dissipadores de Energia. Curitiba, 2005. Disponível em <http://www.der.pr.gov.br/arquivos/File/PDF/pdf_Drenagem/ES-D04-05DissipadoresEnergia.pdf>. Acesso em 03/06/2025

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. Brasília: EMBRAPA/SPI, 1999. 412 p.

FERNANDES, C. Microdrenagem: um estudo inicial. Campina Grande: DEC/CCT/UFPB, 2002, 196p.

FERNANDES, F. et al. Tratamento Biológico de Lixiviados de Resíduos Sólidos Urbanos. In: CASTILHOS JUNIOR, A.B. (Coord.). Gerenciamento de resíduos sólidos urbanos com ênfase na proteção de corpos d'água: prevenção, geração e tratamento de lixiviados de aterros sanitários. Rio de Janeiro: ABES, 2006. Capítulo 5, p. 209-299.

FLÓRIDA (Município). Lei Ordinária nº 725, de 30 de março de 2023: institui a Política Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos de Flórida – PR. Flórida, 2023. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-ordinaria-725-2023-florida-pr>. Acesso em: 18 jun. 2025.

FLÓRIDA (Município). Lei Ordinária nº 726, de 30 de março de 2023: institui o Código Municipal de Meio Ambiente de Flórida – PR. Flórida, 2023. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-ordinaria-726-2023-florida-pr>. Acesso em: 18 jun. 2025.

FLÓRIDA (Município). Lei Ordinária nº 724, de 2023: institui o Plano Diretor Municipal de Flórida – PDMF e dá outras providências. Flórida, 2023. Aprovação em sessão da Câmara Municipal. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/florida/lei-ordinaria/2023/73/724/lei-ordinaria-n-724-2023-institui-o-plano-diretor-municipal-de-florida-pdmf-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 18 jun. 2025



FUNASA. Manual de Saneamento Rural. 4. ed. Brasília: FUNASA, 2020. ISBN: 9786557220229.

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde. Manual para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico participativos. Brasília: Funasa, 2019.

HELLER, Léo. Saneamento e Saúde Pública: fundamentos e interfaces. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021. ISBN: 9786557080892. - Acesso em 03/04/2025

HORTON, R.E. Erosional development of streams and their drainage basin: hydrophysical approach to quantitative morphology. Geol. Soc. America Bulletin, 1945. 56 (3): 275-370.

IAT – Instituto Água e Terra do Paraná. Mapeamentos de uso e cobertura da terra, áreas prioritárias, recursos hídricos e áreas de proteção ambiental no Paraná. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br> - Acesso em 03/04/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT). Diagnóstico do uso e ocupação do solo da Bacia Hidrográfica do Paraná 3. Curitiba: IAT, 2014. Disponível em: https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-05/p05_diagnostico_uso_ocupacao_solo_r00-lr.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT). Mapeamento do uso e ocupação do solo no Paraná. Curitiba: IAT, 2000. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Mapas-e-Dados-Espaciais>. Acesso em: 18 jun. 2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT). Legislação ambiental e de uso do solo no Paraná. Curitiba: IAT, 2025. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Legislacao>. Acesso em: 18 jun. 2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT). Geodados: Aplicações e dados espaciais. Curitiba: IAT, 2025. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Geodados-Aplicacoes>. Acesso em: 25 jun. 2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT). Outorga de recursos hídricos e uso do solo. Curitiba: IAT, 2025. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Outorga-de-Recursos-Hidricos>. Acesso em: 10 jun. 2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT). Instruções Normativas e Orientações Técnicas. Curitiba: IAT, 2025. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Instrucoes-Normativas-Orientacoes-Tecnicas>. Acesso em: 01 jun. 2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT). Licenciamento de atividades específicas e uso

do solo. Curitiba: IAT, 2025. Disponível em:
<https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Licenciamento-de-atividades-especificas>. Acesso em: 18 jun. 2025.

INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT). Serviços Florestais e uso do solo. Curitiba: IAT, 2025. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Servicos-Florestais>. Acesso em: 18 jun. 2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT). ICMS Ecológico por Biodiversidade e uso do solo. Curitiba: IAT, 2025. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/ICMS-Ecologico-por-Biodiversidade>. Acesso em: 18 jun. 2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT). Avaliação Ambiental e uso do solo. Curitiba: IAT, 2025. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Avaliacao-Ambiental>. Acesso em: 18 jun. 2025.

INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT). Compensação Ambiental e uso do solo. Curitiba: IAT, 2025. Disponível em:
<https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Compensacao-Ambiental>. Acesso em: 18 jun. 2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT). Geodados e uso do solo. Curitiba: IAT, 2025. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Geodados-Applicacoes>. Acesso em: 18 jun. 2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT). Mapas e Dados Espaciais sobre uso e ocupação do solo. Curitiba: IAT, 2025. Disponível em:
<https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Mapas-e-Dados-Espaciais>. Acesso em: 18 jun. 2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT). Legislação sobre uso do solo e meio ambiente. Curitiba: IAT, 2025. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Legislacao>. Acesso em: 18 jun. 2025.

INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT). Licenciamento Ambiental e uso do solo. Curitiba: IAT, 2025. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Licenciamento-de-atividades-especificas>. Acesso em: 18 jun. 2025.

INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT). Serviços Florestais e uso do solo. Curitiba: IAT, 2025. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Servicos-Florestais>. Acesso em: 18 jun. 2025.

IBAM, Instituto Brasileiro de Administração Municipal. O cenário dos resíduos sólidos no Brasil. Escola Nacional de Serviços Urbanos. Ministério das Cidades.



2008. Disponível em: <http://www.ibam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em 19/05/2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Assistência Médica Sanitária 2005; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB 2021. Resultados atualizados sobre os serviços públicos de saneamento. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br> - Acesso em 19/05/2025.

IPARDES. Referências ambientais e socioeconômicas para o uso do território do Estado do Paraná: uma contribuição ao zoneamento ecológico-econômico. Curitiba: IPARDES, 2006. 160p.

IPARDES. Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Noroeste Paranaense/ Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004. 144p.

IPARDES. Pesquisa por Amostra de Domicílios do Paraná – PAD-PR (março-junho de 2025). Curitiba: IPARDES, 2025. Levantamento amostral em 60 000 domicílios de cerca de 360 municípios, com análise de infraestrutura domiciliar urbana e rural, renda, escolaridade, saúde e alimentação.

IPARDES. Projeção Populacional dos Municípios Paranaenses, 2025–2050. Curitiba: IPARDES, 2025. Atualização baseada nos dados do Censo 2022 do IBGE, metodologia de Relação de Coortes e manual da ONU, com projeções por idade, sexo, área urbana e rural.

IPARDES. Análise Conjuntural do Paraná – 1º trimestre de 2025. Curitiba: Secretaria do Planejamento / IPARDES, 2025. Apresenta desempenho econômico e social com enfoque em PIB, inflação regional (IPR) e preços de alimentos e bebidas.

IPARDES. Caderno Estatístico do Município de Maringá. Curitiba: IPARDES, 2023.

IPARDES. Caderno Estatístico do Município de Paçandu. Curitiba: IPARDES, 2023.

IPARDES. Dinâmica populacional e conurbação na Região Metropolitana de Maringá. Curitiba: IPARDES, 2012/2022.

JUNIOR, A.B. (Coord.). Gerenciamento de resíduos sólidos urbanos com ênfase na proteção de corpos d'água: prevenção, geração e tratamento de lixiviados de aterros sanitários. Rio de Janeiro: ABES, 2006. Capítulo 5, p. 209-299.

KLIASS, R. G. Áreas Verdes e Qualidade Ambiental nas Metrôpoles. In : I simpósio sobre Urbanização e Qualidade Ambiental - Efeitos adversos no Clima. Cetesb : São Paulo; 1987.

LOURENÇO, W. M.; HELLER, L. O papel dos municípios na elaboração e implementação dos Planos Municipais de Saneamento Básico. Revista Engenharia Sanitária e Ambiental, v.24, n.2, 2019.

MAACK, R. Geografia física do Estado do Paraná. Curitiba: Max Roesner, 1968.

MACHADO, S.B. Utilização de indicadores de desempenho na avaliação de gestão realizada pelo TCU. 2004. 81 p. Monografia (Pós-Graduação em Controle Externo) – Instituto Serzedello Corrêa, Tribunal de Contas da União, Brasília, 2004.

MINEROPAR - Minerais do Paraná. Atlas Geológico do Estado do Paraná. Curitiba, 2001.

MINEROPAR - Minerais do Paraná. Atlas Geomorfológico do Estado do Paraná. Curitiba, 2006.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Organização Pan-Americana da Saúde. Política e plano municipal de saneamento ambiental: experiências e recomendações. Organização Pan-Americana da Saúde. Ministério das Cidades, Programa de Modernização do Setor de Saneamento - PMSS. Brasília: OPAS, 2005. 89 p.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Ministério da Saúde. Guia para a elaboração de planos municipais de saneamento. Brasília: MCidades, 2006. 152 p.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Glossário de Drenagem Urbana Sustentável. Brasília, 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Organização Pan-Americana da Saúde. Avaliação de impacto na saúde das ações de saneamento: marco conceitual e estratégia metodológica. Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004a. 116 p.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso. 4 ed. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica, 2004b. 332 p.



MOTTA, R. S. da. Saneamento ambiental: teoria e prática. Brasília: Ipea, 2019.

OPAS - Organização Pan Americana de Saúde. Glossário de Terminologia: Iniciativa “Saúde Pública nas Américas”. 2001. 10 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Agenda 21. Rio de Janeiro: ONU, 1992.

OROFINO, F.V.G. Aplicação de um sistema de suporte multicritério na gestão de resíduos de serviços de saúde. Dissertação de Mestrado – UFSC, Florianópolis, 1996.

PHILIPPI JR., A.; SOBRAL, M. C.; WATZLAWICK, L. F. Gestão da qualidade ambiental: saneamento básico e meio ambiente. São Paulo: Manole, 2015.

PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE JARDIM OLINDA 2014. Acesso em 30 abril 2025.

PORTARIA Nº.2.914 DE 2011. Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2914_12_12_2011.html. Acesso em 05. mar. 2025.

PINTO, T.P. Metodologia para Gestão Diferenciada de Resíduos sólidos da construção urbana. Tese de Doutorado - São Paulo, 1999.

PMPA, Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Plano Diretor de Drenagem Urbana: Manual de drenagem urbana. Porto Alegre: IPH/UFRS, 2005. 159 p.

PMSP, Prefeitura Municipal de São Paulo. Diretrizes básicas para projetos de drenagem urbana no município de São Paulo. São Paulo: FCTH, 1999. 289 p.

POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO ESTADO DO PARANÁ - PROGRAMA DESPERDÍCIO ZERO. SEMA, IAP, SUDERHSA, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA. Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS. Flórida: Prefeitura Municipal, 2023. Disponível em: <https://www.florida.pr.gov.br>. Acesso em: 18 jun. 2025.

PROTOCOLO DE KYOTO. Protocolo à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Kyoto, Japão, 1997.

RAMOS, M.M.G. Importância dos Equipamentos de Proteção Individual para os Catadores de lixo, Salvador, 2012. Monografia



<http://bibliotecaatualiza.com.br/arquivotcc/ET/ET04/RAMOS-milena.PDF>

REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA A SAÚDE. Indicadores básicos de saúde no Brasil: conceitos e aplicações. Rede Interagencial de Informações para a Saúde - Ripsa. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2002. 299 p.

REZENDE, Simone et al. Planejamento Integrado de Saneamento Básico: guia prático para municípios. Florianópolis: UFSC, 2022. - Acesso em 28/05/2025.

ROCHA, A. L.; NISHIYAMA, L.; BELLINGIERI, P. H. Desenvolvimento urbano do entulho: o caso de Uberlândia, MG, Brasil. Holos Enviroment, v.4, n.1, 2004. p.01-13.

SANTOS, M. C. F. et al. Desafios na implementação de Planos Municipais de Saneamento Básico: análise crítica de casos no Sul do Brasil. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, v.51, 2019.

SCHNEIDER, D.M. Deposições Irregulares de Resíduos da Construção Civil na Cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado - São Paulo, 2003.

SEGRE, M. O conceito de saúde. Rev. Saúde Pública, v.31, n.5, São Paulo, out.1997.

SISINNO, C.L.S. (Org.). Resíduos sólidos, ambiente e saúde: uma visão multidisciplinar. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 142 p.

SNIS - SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO. Diagnóstico do manejo de resíduos sólidos urbanos – 2006. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental - SNSA, Programa de Modernização do Setor de Saneamento – PMSS, 2008. 246 p.

SNIS – SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO. Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto / Manejo de Resíduos Sólidos / Drenagem Urbana. Publicações anuais mais recentes: 2022 e 2023.

SNIS - SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO. Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos. Brasília: Ministério das Cidades, 2023.

TUCCI, C. M.; PORTO, R.; BARROS, M. T. Drenagem urbana. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 1995.

VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. Studio Nobel. 373p. 2001.



VILLELA, S. M. & MATTOS, A. Hidrologia Aplicada. São Paulo: McGraw-Hill. 1975. 245 p.

ZVEIBIL, V.Z. (Coord.); MONTEIRO, J.H.P. et al. Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. Rio de Janeiro: IBAM, 2001. 200 p.

